### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 6,3% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 3,5% vencem de 2016 a 2020 e 90,2% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 11.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade anônima de capital fechado, denominada "CS Bioenergia S/A", que tem como objeto social à exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 8.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&Fbovespa).

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 27 de outubro de 2015.

#### 2.2 Mudança de Prática Contábil

Até o exercício de 2014 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos regidos pela Lei de Concessões - Lei 8.987/95 (Contrato de Concessão) no Ativo Imobilizado, e os bens vinculados aos contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contrato de Programa) de acordo com o modelo bifurcado (intangível e financeiro) definido pelo ICPC 01 e OCPC 05. A partir deste exercício, a Companhia alterou a forma de registro dos contratos regidos pela Lei 8.987/95 (Contratos de Concessão), passando a também registrá-los no Ativo Intangível.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo imobilizado do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para o ativo intangível, conforme demonstrado a seguir:

	2014		2014	
Ativo	Divulgado	Ajuste	Reclassificado	
Não Circulante				
Imobilizado, líquido	5.527.281	(5.424.941)	102.340	
Intangível, líquido	661.351	5.424.941	6.086.292	

#### 2.3 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

#### 2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

#### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos da data da contratação.

#### b) Instrumentos Financeiros

#### **b.1) Ativos Financeiros**

#### Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

#### Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos das contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetivos.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### b) Instrumentos Financeiros -- continuação

#### **b.2) Passivos Financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não possui nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

### Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia compreendem os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, empreiteiros e fornecedores e contratos de concessão.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### c) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente.

### d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

#### e) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

#### f) Investimentos

#### Joint Venture

O investimento da Companhia na *joint venture* é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

#### **Outros Investimentos**

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### g) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

#### h) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 9.

O imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade ou quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

#### i) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição ou construção, contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão e Programas. A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, ou quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

### j) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 17.c. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### k) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

#### 1) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme nota 10. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

#### m) Receita

#### m.1) Receita de Produtos e Serviços

As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

### m.2) Receita de Construção

De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### n) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 18.

#### o) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado na nota 26.

#### p) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que a provisão definida para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária e adequada com base na Legislação Ambiental em vigor no Brasil.

#### q) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### q) Uso de Estimativas -- continuação

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### q) Uso de Estimativas -- continuação

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos.

#### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

#### r) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico no Ativo Intangível, da seguinte forma:

<u>Contratos de Concessão</u>: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), os quais são amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor para um ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

Nos Contratos de Programas há previsão de cumprimento, por parte da Companhia, de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, especificamente aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto.

#### s) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

# t) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 30 de setembro de 2015

Na data da elaboração destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não foram emitidas as revisões nos respectivos Pronunciamentos Contábeis pelo CPC e que não estavam em vigor na data da divulgação dessas demonstrações contábeis:

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

t) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 30 de setembro de 2015 -- continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho da IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em 24 de julho de 2014, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018, com aplicação antecipada permitida. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 deverá ter impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

<u>Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos – Contribuições por parte do Empregado</u>: A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração entrará em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação deste pronunciamento e não espera que os mesmos sejam significativos.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes): O IASB divulgou o IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customer, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe anualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 1, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, podendo ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações contábeis e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Caixa	1	1
Depósitos Bancários Livres	614	2.541
Depósitos Bancários Vinculados	10.582	16.324
	11.197	18.866
Aplicações Financeiras (1)		
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa (2)	113.645	28.366
Itaú Corp Plus Referenciado (3)	11	1.852
CDB Flex Empresarial (4)	95.549	19.977
	209.205	50.195
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	220.402	69.061

- (1) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 99,14% do CDI (100,29% em 31/12/2014) e Certificado Depósito Bancário da CEF;
- (2) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo que em 30/09/2015, alocava 85,02% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra imediata das quotas pelo banco, 1,43% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 13,55% em CDB de Instituição Financeira de primeira linha (83,48%, 3,18% e 13,34% respectivamente em 31/12/2014);
- (3) O Fundo ITAÚ CORP PLUS REF DI FICFI tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através de aplicações que alocam, no mínimo 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira é composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados de baixo risco de crédito sendo que em 30/09/2015, alocava 61,39% dos recursos em renda fixa, 38,32% em Operações Compromissadas e 0,29% em outras aplicações (50,54%, 49,36% e 0,10% respectivamente em 31/12/2014);
- (4) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é de emissão da própria Caixa Econômica Federal, contratado a uma taxa prefixada de 100,9% do CDI, com alta liquidez.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

# a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Contas a Receber Vincendas	193.290	150.729
Contas a Receber de Parcelamentos	32.681	22.034
Ajuste a Valor Presente	(2.890)	(1.661)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	121.823	112.908
,	344.904	284.010
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	89.144	70.903
De 31 a 60 dias	20.751	22.382
De 61 a 90 dias	7.364	10.511
De 91 a 180 dias	12.509	12.558
Mais de 180 dias	127.993	133.686
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(122.636)	(132.505)
•	135.125	117.535
Totais de Contas a Receber, líquidas	480.029	401.545
Circulante Não Circulante	469.090 10.939	393.536 8.009

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$2.430 (R\$6.008 em 31/12/2014) refere-se a pendências do setor Municipal; R\$114.690 (R\$89.603 em 31/12/2014) de Particulares; e R\$18.005 (R\$21.924 em 31/12/2014) dos setores Estadual e Federal.

# b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Saldos no Início do período	(132.505)	(123.926)
Valores Registrados no Resultado	9.640	(9.524)
Baixas, Líquidas das Recuperações	229	945
Saldos no Final do período	(122.636)	(132.505)

A reversão de Provisão para Perdas no trimestre ocorreu em função de parcelamento de contas em atraso com Prefeituras e Clientes Particulares.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO -- continuação

# c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Clientes Particulares (1)	62.882	60.424
Órgãos do Governo Federal (1)	11	12
Prefeituras Municipais (2)	59.743	72.069
Totais	122.636	132.505

- (1) Registro de perdas das contas vencidas há mais de 180 dias.
- (2) É constituída provisão para a totalidade dos créditos das Prefeituras que não estejam efetuando os pagamentos das contas vencidas e para as demais em relação aos créditos vencidos há mais de 2 anos.

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

# 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Imposto de Renda a compensar	1.350	17.250
Contribuição Social a compensar	-	4.838
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	973	1.207
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	2.605	23.577
Circulante	1.956	22.791
Não Circulante	649	786

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Adiantamentos a Empregados	17.193	3.428
Pagamentos Reembolsáveis	5.626	4.724
Depósitos Dados em Garantia	2.516	2.416
Despesas Antecipadas	32.144	29.567
Cheques, Títulos e Outros	1.055	1.089
Totais	58.534	41.224
Circulante	42.035	24.301
Não Circulante	16.499	16.923

#### 8. INVESTIMENTOS

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	984	1.894
AFAC – CS Bioenergia S.A.	3.858	3.438
Outros Investimentos reconhecidos pelo Método de Custo	2.937	2.872
Totais	7.779	8.204

#### <u>Investimentos em joint venture</u>

Em 2014, a Companhia aportou recursos no montante de R\$5.518 mil na CS Bionergia S.A, sendo R\$2.080 mil como aporte de capital, o que equivale a 40% do Capital Social da investida e R\$3.438 mil como crédito para Futuro Aumento de Capital. Em 2015, a Companhia efetuou um novo aporte como crédito para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$420 mil.

Abaixo seguem as principais informações do balanço patrimonial e resultado da investida:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S/A	30/09/2015	31/12/2014	
Ativo Circulante	10.975	171	
Ativo Não Circulante	32.252	13.207	
<ul> <li>Direitos a Receber – Cattalini Bioenergia R\$32.187</li> </ul>			
• Outros R\$65			
Passivo Circulante	(31.266)	(40)	
Passivo Não Circulante	(89)	(9)	
Patrimônio Líquido	(11.872)	(13.329)	
Patrimônio Líquido – sem AFAC	(2.459)	(4.734)	

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 8. INVESTIMENTOS -- continuação

Demonstração do Resultado do Exercício - CS Bioenergia S/A	30/09/2015	31/12/2014
Receita	_	-
(-) Despesas Operacionais	(2.556)	(477)
Resultado Financeiro	415	11
Resultado Antes dos Impostos	(2.141)	(466)
IRPJ e CSLL	(134)	-
Prejuízo do Período	(2.275)	(466)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	30/09/2015
Saldo no início do período Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%)	1.894 (910)
Saldo no final do período	984

#### Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia integralizou para Futuro Aumento de Capital, proporcionalmente à sua participação societária o montante de R\$3.438.

Em 31 de março de 2015, a Companhia integralizou para Futuro Aumento de Capital, proporcionalmente à sua participação societária o montante de R\$420.

#### Instrumento de Fiança

Em 16 de junho de 2015, conforme deliberado pela 7ª/2015 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia foi autorizada a avalizar as obrigações assumidas pela CS Bionergia S.A., no âmbito da 1ª emissão, pela Emissora, de até seis Notas Promissórias Comerciais, com garantia real e adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de até R\$30.000, na proporção de 40% do volume da Emissão ("Oferta Restrita" e "Notas Promissórias", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, alterada e da Instrução CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, cuja Emissão foi aprovada pela Emissora em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2015.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 8. INVESTIMENTOS -- continuação

### **Outros Investimentos**

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$2.937 (R\$2.872 em 31/12/2014).

# 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

#### a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2015	31/12/2014
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada		(Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Administração Outras Imobilizações	222.916 1.277	(89.862) (1.105)	133.054 172	102.340
Totais	224.193	(90.967)	133.226	102.340

Por Natureza				30/09/2015	31/12/2014
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	V	(Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Terrenos	-	2.323	_	2.323	2.318
Construções Civis	*1,84%	64.476	(12.007)	52.469	27.117
Benfeitorias	2%	1.721	(579)	1.142	1.130
Instalações	*5,83%	3.676	(1.785)	1.891	1.304
Equipamentos	*6,23%	41.569	(16.037)	25.532	16.554
Móveis e Utensílios	7,14%	34.075	(15.016)	19.059	16.532
Equipamentos de Informática	*19,82%	27.944	(18.721)	9.223	10.512
Veículos	*13,05%	30.064	(18.733)	11.331	13.284
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	17.878	(7.795)	10.083	13.462
Ferramentas	6,67%	463	(294)	169	127
Bens a Incorporar	-	4	-	4	-
Totais	- -	224.193	(90.967)	133.226	102.340

<sup>\*</sup> Taxa Média Ponderada

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

# b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/09/2015	31/12/2014
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		(Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Sistemas de Água	3.491.596	(1.189.287)	2.302.309	2.100.871
Sistemas de Esgoto	3.461.541	(749.968)	2.711.573	2.501.339
Resíduos Sólidos	5.739	(2.395)	3.344	3.334
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(57.718)	67.402	70.532
Outros Ativos Intangíveis	84.573	(49.030)	35.543	30.627
Projetos e Obras em Andamento	1.307.371	-	1.307.371	1.337.041
Estoque para Obras	41.778	-	41.778	42.548
Totais	8.517.718	(2.048.398)	6.469.320	6.086.292

Por Natureza				30/09/2015	31/12/2014
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada		(Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Terrenos	-	82.321	-	82.321	79.635
Poços	*3,10%	117.740	(33.425)	84.315	79.611
Barragens	*2,67%	141.390	(46.376)	95.014	95.784
Construções Civis	*2,59%	1.480.300	(368.508)	1.111.792	1.019.190
Benfeitorias	*2,67%	12.027	(1.512)	10.515	9.464
Tubulações	*2,64%	3.826.902	(906.929)	2.919.973	2.661.019
Ligações Prediais	3,33%	527.076	(171.102)	355.974	324.860
Instalações	*5,83%	79.694	(29.318)	50.376	41.228
Hidrômetros	10%	149.214	(60.640)	88.574	84.027
Macromedidores	10%	4.481	(2.733)	1.748	1.650
Equipamentos	*6,23%	423.876	(209.089)	214.787	198.896
Móveis e Utensílios	7,14%	4.985	(3.150)	1.835	1.722
Equipamento de Informática	*19,82%	85.989	(79.090)	6.899	7.419
Programas de Informática	20%	39.228	(28.292)	10.936	13.733
Veículos	*13,05%	25.788	(20.590)	5.198	5.320
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.321	(19.192)	5.129	5.012
Ferramentas	6,67%	267	(158)	109	118
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	155	(117)	38	41
Proteção e Preservação Ambiental	20%	17.694	(10.459)	7.235	7.442
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(57.639)	67.361	70.486
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(79)	41	46
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1	-	1	-
Projetos e Obras em Andamento	-	1.307.371	-	1.307.371	1.337.041
Estoque para Obras	-	41.778	-	41.778	42.548
Totais	<u>-</u> -	8.517.718	(2.048.398)	6.469.320	6.086.292

<sup>\*</sup> Taxa Média Ponderada

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

- b) Intangível -- continuação
- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 11.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 30 de setembro de 2015, refere-se a 212 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 119 localidades, no montante de R\$479.105; 256 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 117 localidades, no montante de R\$706.426, e ainda R\$121.840 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Até este trimestre findo em 30 de setembro de 2015 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$33.860 (R\$18.682 no mesmo período de 2014). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 19,2% no período de nove meses.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

# c) Movimentação do Imobilizado e Intangível até o $3^{\rm o}$ trimestre de 2015: $^{31/12/2014}$

Descrição	(Reclassificado Nota 2.2)	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	30/09/2015
Imobilizado						
Terrenos	2.318	-	-	-	5	2.323
Construções Civis	27.117	-	(619)	-	25.971	52.469
Benfeitorias	1.130	-	(25)	-	37	1.142
Instalações	1.304	-	(112)	-	699	1.891
Equipamentos	16.554	2.574	(1.235)	(1)	7.640	25.532
Móveis e Utensílios	16.532	2.033	(1.182)	1	1.675	19.059
Equipamentos de Informática	10.512	619	(1.896)	7	(19)	9.223
Veículos	13.284	9	(1.528)	-	(434)	11.331
Máquinas, Tratores e Similares	13.462	186	(2.589)	-	(976)	10.083
Ferramentas	127	54	(12)	-	-	169
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	4	-	-	-	4
Totais Imobilizado	102.340	5.479	(9.198)	7	34.598	133.226
Intangível						
Terrenos	79.635	1.666	-	(14)	1.034	82.321
Poços	79.611	79	(1.186)	4	5.807	84.315
Barragens	95.784	-	(1.844)	-	1.074	95.014
Construções Civis	1.019.190	3.287	(20.073)	-	109.388	1.111.792
Benfeitorias	9.464	4	(182)	-	1.229	10.515
Tubulações	2.661.019	36.462	(57.314)	(76)	279.882	2.919.973
Ligações Prediais	324.860	133	(11.270)	(833)	43.084	355.974
Instalações	41.228	557	(2.952)	(7)	11.550	50.376
Hidrômetros	84.027	4	(10.201)	(2.437)	17.181	88.574
Macromedidores	1.650	-	(213)	-	311	1.748
Equipamentos	198.896	8.745	(13.531)	(1.934)	22.611	214.787
Móveis e Utensílios	1.722	181	(113)	(48)	93	1.835
Equipamentos de Informática	7.419	11	(500)	(100)	69	6.899
Programas de Informática	13.733	1.240	(4.037)	-	-	10.936
Veículos	5.320	17	(573)	-	434	5.198
Máquinas, Tratores e Similares	5.012	14	(873)	-	976	5.129
Ferramentas	118	-	(9)	-	-	109
Direitos de Uso de Linhas de	41	-	(3)	-	-	38
Proteção e Preservação Ambiental	7.442	1.211	(1.489)	-	71	7.235
Concessão do Município de Curitiba	70.486	-	(3.125)	-	-	67.361
Concessão do Município de Cianorte	46	-	(5)	-	-	41
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1	-	-	-	1
Subtotais Intangível	4.706.703	53.612	(129.493)	(5.445)	494.794	5.120.171
Projetos e Obras em Andamento	1.337.041	539.533	-	-	(569.203)	1.307.371
Estoques para Obras	42.548	(770)	-	-	=	41.778
Totais Intangível	6.086.292	592.375	(129.493)	(5.445)	(74.409)	6.469.320
Total Geral	6.188.632	597.854	(138.691)	(5.438)	(a) (39.811)	6.602.546

<sup>(</sup>a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

#### d) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

No exercício de 2014 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico, a qual concluiu que neste intervalo de tempo, desde a revisão do exercício anterior, não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação/amortização atualmente utilizadas para o exercício de 2015. A vida útil será novamente revisada ao longo do exercício de 2015.

### e) Ativos Financeiros Contratuais

A Companhia registra nesta conta os valores referentes à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas. O saldo em 30 de setembro de 2015 é de R\$233.889 (R\$194.078 em 31/12/2014) registrado no Ativo Não Circulante.

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

#### a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	Vencimento Final	30/09/2015	31/12/2014
Notas Promissórias – 3ª Emissão (1)	1,06%	DI	2015	112.880	102.175
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série (2)	1,37%	DI	2017	115.468	-
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série (2)	1,48%	DI	2018	196.206	-
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (3)	1,53%	DI	2018	210.855	202.623
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (3)	6,99%	IPCA	2020	119.136	108.671
BNDES (4)	1,82% e 2,50%	TJLP	2023	164.011	188.391
Banco do Brasil – PSI (5)	3,00% a 6,00%	-	2024	26.751	29.048
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série (6)	1,92%	TJLP	2024	106.274	114.969
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série (6)	9,19%	IPCA	2024	140.178	147.888
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série (6)	1,92%	TJLP	2024	92.458	50.012
Banco Itaú – PSI (7)	3,00% a 6,00%	-	2025	29.428	23.361
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série (8)	1,67%	TJLP	2027	110.941	80.308
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série (8)	7,44%	IPCA	2027	28.124	-
BNDES – PAC2 (9)	1,76% e 2,05%	TJLP	2028	111.690	54.860
Caixa Econômica Federal – CEF (10)	6,62% a 12,68%	TR	2038	796.924	770.187
Subtotais				2.361.324	1.872.493
Circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures				( <b>290.411</b> ) (223.590) (66.821)	( <b>244.334</b> ) (207.288) (37.046)
Não Circulante				2.070.913	1.628.159

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

TR = "Taxa Referencial", taxa de juros estabelecida mensalmente pelo Banco Central do Brasil. A taxa acumulada da TR até o terceiro trimestre, findo em 30 de setembro de 2015, foi de 1,25% (0,60% para o mesmo período de 2014).

TJLP = "Taxa de Juros de Longo Prazo", taxa de juros estabelecida trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. Até o terceiro trimestre, findo em 30 de setembro de 2015, a taxa acumulada da TJLP foi de 4,47% (3,73% para o mesmo período de 2014).

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo divulgados no final desta nota.

(1) Notas Promissórias 3ª Emissão – emitidas em 20/10/2014 para colocação em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000, sendo 100 Notas Promissórias no montante equivalente a R\$100.000 destinadas ao reforço do capital de giro da Sanepar, com custo na captação no montante de R\$166. As Notas Promissórias devidamente registradas para: i) distribuição no mercado primário por meio do MDA-Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição realizada exclusivamente por meio da CETIP; e ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP.

O valor nominal unitário das Notas Promissórias não será atualizado monetariamente. As Notas Promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis. O pagamento da remuneração e amortização das Notas Promissórias, serão realizados integralmente, em parcela única na data do seu respectivo vencimento, ou seja, dia 15/10/2015.

(2) Debêntures 5ª Emissão – emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 de 30.000 debêntures em 2 séries com valor nominal unitário de R\$10, sendo a 1ª Série com 11.116 debêntures e a 2ª Série com 18.884 debêntures no montante total de R\$300.000, com custo na captação no montante de R\$227. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública. Sobre o valor unitário nominal de cada uma das debêntures da 1ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 109,70% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e serão pagos em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15/12/2015 e o último vencimento em 15/06/2017.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

Sobre o valor unitário nominal de cada uma das debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e serão pagos em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15/12/2015 e o último vencimento em 15/06/2018.

As debêntures serão amortizadas da seguinte forma: (i) 1ª Série: em 01 (uma) única parcela com vencimento em 15/06/2017; (ii) 2ª Série: em 01 (uma) única parcela com vencimento em 15/06/2018.

(3) Debêntures 3ª Emissão – emitidas em 15/11/2013 e com colocação em 27/11/2013 de 30.000 debêntures em 2 séries com valor nominal unitário de R\$10, sendo a 1ª Série com 19.967 debêntures e a 2ª Série com 10.033 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública. Sobre o valor unitário nominal de cada uma das debêntures da 1ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,80% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e serão pagos em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15/05/2014 e o último vencimento em 15/11/2018.

Sobre o valor unitário nominal atualizado pelo IPCA de cada uma das debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,99% ao ano, base 252 dias úteis, e serão pagos em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15/05/2014 e o último vencimento em 15/11/2020.

As debêntures serão amortizadas da seguinte forma: (i) 1ª Série: em 03 parcelas anuais e sucessivas, com vencimentos em 15/11/2016, 15/11/2017 e 15/11/2018; (ii) 2ª Série: em 02 parcelas anuais e sucessivas, com vencimentos em 15/11/2019 e 15/11/2020.

(4) BNDES – formado por 03 contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP, que estão sendo utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para a ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 30/09/2015 é de R\$13.168 (R\$12.163 em 31/12/2014), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Os contratos são amortizados da seguinte forma: i) dois contratos tiveram o início da amortização após o período de carência, em 108 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de maio de 2010 e janeiro de 2011, respectivamente, e estão sendo remunerados a taxa de 2,5% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e ii) um contrato teve o início da amortização após o período de carência, em 138 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de agosto de 2011, e remunerado à taxa de 1,82% ao ano, acima da TJLP.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

No caso de a TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. Os percentuais de 2,5% e 1,82% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

- (5) Banco do Brasil PSI (Programa de Sustentação do Investimento) formado por 11 contratos firmados com o Banco do Brasil S/A, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: i) seis contratos com as seguintes características: a) carência de 6 meses com amortização em 114 parcelas mensais e sucessivas. ii) cinco contratos com carência de 24 meses com amortização em 96 parcelas mensais e sucessivas. Os Contratos são remunerados à taxa fixa de 3,00%, 3,50%, 4,00% e 6,00% ao ano. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.
- (6) Debêntures 2ª Emissão emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo: a 1ª série com 3.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª e 3ª séries serão amortizadas em 121 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,92% ao ano, acima da TJLP Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 10 parcelas anuais e sucessivas com remuneração de 9,195575% (taxa de referência + 1,92%) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, com carência de 37 meses.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 22/06/2012 ocorreu a colocação de 1.500 debêntures e em 26/03/2013 houve a colocação de mais 1.500, totalizando 3.000 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$118.546.

Em 29/10/2013, mediante a subscrição exclusiva pelo BNDESPAR, ocorreu a colocação de 1.678 debêntures e em 18/06/2014 houve a colocação de mais 1.322, totalizando 3.000 debêntures da 2ª série, correspondendo a R\$118.546.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

Em 19/12/2014, mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, ocorreu a colocação de 1.305 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$49.863.

Em 09/02/2015, mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, ocorreu a colocação de 1.305 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$49.437.

(7) Banco Itaú – PSI (Programa de Sustentação do Investimento) – formado por 13 contratos com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME-BNDES PSI, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: carência de 06 meses e amortização em 114 parcelas mensais e sucessivas.

Os contratos são remunerados à taxa fixa de 3,00%, 3,50% e 6,00% ao ano. Os montantes de juros apurados serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

(8) Debêntures 4ª Emissão – emitidas em 15/07/2014 para colocação em 2 séries, com valor nominal unitário de trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos, sendo: a 1ª série com 7.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$328.588, com custo na captação no montante de R\$649.

Essas debêntures são do tipo simples e nominativas, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª série serão amortizadas em 120 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,67% ao ano, acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 120 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 7,44% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, com carência de 36 meses.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 14/11/2014, ocorreu a colocação de 2.430 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$79.847. Em 17/06/2015, ocorreu a colocação de 904 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$29.704.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 17/06/2015, ocorreu a colocação de 770 debêntures da 2ª série, correspondendo a R\$25.301.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

(9) BNDES - PAC 2 - Formado por 04 contratos com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados a ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 30/09/2015 é de R\$4.174 (R\$2.896 em 31/12/2014), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: i) contrato com seguintes características: a) carência de 30 meses com amortização em 90 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15 de julho de 2014, b) carência de 30 meses com amortização em 150 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15 de julho de 2014; ii) contrato com carência de 30 meses e amortização em 150 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15 de agosto de 2014; iii) contrato com seguintes características: a) carência de 36 meses com amortização em 84 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15 de setembro de 2015; b) carência de 36 meses com amortização em 144 parcelas mensais e sucessiva, com vencimentos a partir de 15 de setembro de 2015; iv) contrato com carência de 36 meses e amortização em 144 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15 de dezembro de 2016.

Os Contratos são remunerados à taxa de 1,76% e 2,05% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso da TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. O percentual de 1,76% e 2,05% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

(10) Caixa Econômica Federal – formado por 230 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas.

Esses empréstimos são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185 e pelas receitas próprias da Companhia. Mediante o Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças nº 411 PGFN/CAF, de 25/04/2008, 35 contratos que a União adquiriu da Caixa, por força da MP nº 2196-3, de 2001, passaram a ser garantidos por 16% do total da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto no Estado, até o limite do saldo devedor total atualizado dos referidos contratos. A taxa média ponderada de juros é de 6,46% ao ano, acrescida da taxa de administração de até 2,00%, havendo contrato sem taxa de

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

administração e outros com percentuais de 1,00%, 1,01%, 1,41% e 2,00% ao ano. A taxa de risco de crédito é de até 1,70% ao ano, havendo contratos com taxas de risco de 0,30%, 0,50%, 1,00% e 1,70% ao ano.

O prazo final para pagamento é em 2038. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, cujo saldo em 30/09/2015 é de R\$12.351 (R\$11.408 em 31/12/2014), equivalente a um encargo mensal, valor esse registrado em depósitos vinculados no Ativo Não Circulante.

# b) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

		30/09/2015		31/12/2014
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	244.334	1.628.159	112.310	1.353.510
Liberações	-	535.744	100.000	384.512
Juros e Taxas	146.459	-	141.648	-
Variações Monetárias	-	32.352	-	29.066
Transferências	125.268	(125.268)	138.332	(138.332)
Amortizações	(225.724)	-	(247.739)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	74	(74)	(217)	(597)
Saldos no final do exercício	290.411	2.070.913	244.334	1.628.159

# c) Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificados no Não Circulante estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
2016	27.096	72.024	99.120
2017	105.447	220.856	326.303
2018	109.893	306.602	416.495
2019	113.490	109.282	222.772
2020	90.229	109.281	199.510
2021 a 2038	571.939	234.774	806.713
Total	1.018.094	1.052.819	2.070.913

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

#### Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Em relação à 2ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não-conversíveis em ação, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices econômico-financeiros, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses: (EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,5; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,0; (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,0. Caso um ou mais de um dos Covenants da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses (EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida) inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0 e (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento). As debêntures da 2ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$29.000, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011.

A Companhia firmou no ano de 2007, três contratos de financiamento com o BNDES e deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os seguintes índices econômicofinanceiros, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida (EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,5; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,0; (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,0. Caso um ou mais de um dos Covenants da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses (EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida) inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0 e (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento). Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$14.100, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de dezembro de 2007. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 30 de setembro de 2015 é de R\$13.168 (R\$12.163 em 31/12/2014).

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

A Companhia firmou nos anos de 2011 a 2013, quatro contratos de financiamento com o BNDES, sendo dois com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$7.500, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de setembro de 2011, um com valor mensal não inferior a R\$4.800, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de junho de 2012, e um contrato com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$7.800, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de novembro de 2013. Estes financiamentos com o BNDES devem manter durante toda a vigência e até o vencimento final os seguintes índices econômico-financeiros, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida (EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,5; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,0; (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,0. Caso um ou mais de um dos Covenants da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses (EBITDA Ajustado / Servico da Dívida) inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0 e (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento). Além disso, estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 30 de setembro de 2015 é de R\$4.174 (R\$2.896 em 31/12/2014).

Em relação à 3ª emissão de debêntures simples em emissão não conversíveis em ação, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/Despesa Financeira Liquida igual ou superior a 1,50.

Em relação à 4ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não conversíveis em ação, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses os seguinte índices: cobertura do serviço da dívida (EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,5; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,0; (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,0. Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses (EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida) inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2; (Dívida Líquida Ajustada / EBITDA

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

Ajustado) igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0 e (Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento). As debêntures da 4ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$15.200, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de agosto de 2014.

Em relação à 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/Despesa Financeira Liquida igual ou superior a 1,50.

Em relação aos contratos do BNDES, 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, houve padronização quanto a forma de apuração dos *covenants* financeiros, possuindo efeito retroativo à data de 01/07/2015.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

#### 11. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 30 de setembro de 2015 é de R\$97.083 (R\$95.078 em 31/12/2014), sendo R\$6.828 (R\$6.372 em 31/12/2014) registrados no passivo circulante e R\$90.255 (R\$88.706 em 31/12/2014) no passivo não circulante.

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Saldo a Pagar
2015	1.593
2016	6.980
2017	6.980
2018	6.980
2019	6.980
2020 a 2031	67.570
Total	97.083

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	
Imposto de Renda a Pagar	13.809	-	
Contribuição Social a Pagar	6.142	-	
COFINS a Pagar	16.739	12.657	
PASEP a Pagar	3.624	2.748	
COFINS – Parcelamento (1)	4.361	4.361	
IPTU – Parcelamento (2)	1.746	1.463	
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	7.166	24.687	
Outros Tributos a Pagar	-	26	
Totais de Impostos e Contribuições	53.587	45.942	
Circulante	52.112	44.680	
Não Circulante	1.475	1.262	

- (1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em maio de 2013 o processo recebeu o seguinte número RESP nº 1.453.881. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1a. Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes estando concluso para decisão desde então.
- (2) Este valor refere-se a débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 30/09/2015 foram quitadas 13 parcelas no montante de R\$190.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 13. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas anualmente pela "Tabela Price" na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 30/09/2015 foram pagas 172 parcelas. A composição total do saldo em 30 de setembro de 2015, registrado como "títulos a pagar" no passivo circulante, é de R\$4.904 (R\$9.629 em 31/12/2014).

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Saldo a Pagar
2015	1.839
2016	3.065
Total	4.904

#### 14. RECEITAS A APROPRIAR

Em 08 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, no montante de R\$16.250. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 3º trimestre de 2015 foi de R\$2.438 (R\$2.438 no mesmo período de 2014). O saldo em 30 de setembro de 2015 é de R\$4.604 (R\$7.042 em 31/12/2014), sendo R\$3.250 (R\$ 3.250 em 31/12/2014) registrados no passivo circulante e R\$1.354 (R\$3.792 em 31/12/2014) no passivo não circulante.

#### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	6.466	7.707
Contratos e Convênios com Terceiros	11.262	15.585
Convênios com Prefeituras Municipais	8.017	8.172
Cauções e Valores a Reembolsar	11.519	11.383
Acordo Ministério Público do Paraná (1)	6.944	-
Totais	44.208	42.847
Circulante	39.897	37.323
Não Circulante	4.311	5.524

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR -- continuação

(1) Refere-se ao parcelamento do acordo efetuado junto ao Ministério Público do Paraná, referente ao procedimento administrativo nº MPPR-0046.13.006304-6, relativo à diferença da multa por atraso no pagamento de faturas, que foi cobrada no período de agosto de 1996 a abril de 1998 no percentual de 10%, enquanto que o judiciário fixou o percentual de 2%. Acordo firmado no montante de R\$11.363 milhões parcelado em 18 vezes de R\$631 mil atualizados mensalmente pela média do INPC/IGPDI do mês anterior, sendo que foram pagas 07 parcelas até o 3º trimestre de 2015 no montante de R\$4.419 mil.

# 16. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

#### a) Provisões

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A movimentação das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais em 30 de setembro de 2015, é a seguinte:

Natureza	31/12/2014	Adições	Reversões	30/09/2015
Ações Trabalhistas	188.461	63.398	(73.331)	178.528
Ações Cíveis	202.375	35.632	(27.219)	210.788
Ações Ambientais	76.032	90	(7)	76.115
Ações Tributárias	904	1.572	(1.749)	727
Total	467.772	100.692	(102.306)	466.158

A movimentação das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais em 30 de setembro de 2014, é a seguinte:

Natureza	31/12/2013	Adições	Reversões	30/09/2014
Ações Trabalhistas	162.216	47.749	(21.752)	188.213
Ações Cíveis	196.859	11.080	(10.535)	197.404
Ações Ambientais	77.165	400	(401)	77.164
Ações Tributárias	1.626	82	(26)	1.682
Total	437.866	59.311	(32.714)	464.463

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 16. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

#### b) Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

D .	<b>~</b>	4
<b>Passivos</b>	( 'ontine	gentes
T GOOT LOS	Commi	

Natureza	30/09/2015	31/12/2014
Ações Cíveis	278.885	252.921
Ações Ambientais	209.137	115.868
Ações Tributárias	30.092	29.017
Totais	518.114	397.806

#### c) Natureza das principais ações judiciais

#### c.1) Ações Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por exempregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) incidência do adicional de insalubridade no cálculo de horas extras; ii) pagamento aos aposentados da multa de 40% sobre todos os depósitos efetuados a título de FGTS e; iii) adicional de periculosidade no patamar de 30%.

#### c.2) Ações Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) questionamento do resultado de processo licitatório de serviço de vigilância e monitoramento; ii) indenização referente ao contrato de obra em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro e; iii) indenização referente à suspensão do contrato.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# 16. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

#### c.3) Ações Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente por danos ao meio ambiente e vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão. As principais ações estão relacionadas à: i) danos ambientais, morais e materiais; ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de esgoto e; iii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de operacional.

#### c.4) Ações Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a questionamentos ligados à cobrança de tributos, em virtude de divergências de interpretação da legislação. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se: i) execução fiscal para cobrança de ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza) e; ii) execução fiscal para cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

### d) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

#### Depósitos Judiciais

30/09/2015	31/12/2014
96.255	108.174
49.219	52.899
1.181	923
4.574	4.751
151.229	166.747
	96.255 49.219 1.181 4.574

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

# a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

		30/09/2015		30/09/2014
Descrição	Imposto Co de Renda	ontribuição Social	Imposto ( de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	398.917	398.917	417.989	417.989
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	(99.729) 24.293	(35.903) 8.746	(104.497) 20.928	(37.619) 7.534
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	59	21	91	33
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (1)	(307)	(110)	(15)	(5)
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	3.237	-	451	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	222	-	168	-
Outros	(277)	(149)	(21)	(38)
Totais das Despesas	(72.502)	(27.395)	(82.895)	(30.095)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(99.89)	7)	(112.	990)
Alíquota Efetiva	25,0%	0	27,0	)%

- (1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;
- (2) De acordo com o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- (3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Imposto de Renda	(80.568)	(104.941)
Contribuição Social	(29.940)	(37.673)
Realização do Imposto de Renda Diferido	8.066	22.047
Realização da Contribuição Social Diferida	2.545	7.577
Totais	(99.897)	(112.990)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo				30/09/2015	31/12/2014
Descrit 7	Estimado de	Base de	-	Contribuição	TD - 4 - 1	TD - 4 - 1
Descrição	Realização	Cálculo	Renda	Social	Total	Total
ATIVO						
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	737.871	184.468	66.408	250.876	287.250
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.040	375	1.415	1.415
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	466.158	116.540	41.954	158.494	159.043
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	39.265	9.816	3.534	13.350	18.057
Provisão para PPR	1 ano	-	-	-	-	8.499
Totais			311.864	112.271	424.135	474.264
PASSIVO						
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	28 anos	144.284	36.071	-	36.071	37.068
Reserva de Reavaliação	16 anos	143.003	35.751	12.870	48.621	50.871
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	5 anos	19.516	4.879	1.756	6.635	7.250
Totais			76.701	14.626	91.327	95.189
Total líquido			235.163	97.645	332.808	379.075

# d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de setembro de 2015, é a seguinte:

		Ativo Fis	cal Diferido	Passivo Fiscal I		cal Diferido
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2015	3.074	1.107	4.181	1.204	314	1.518
2016	13.339	4.802	18.141	4.816	1.257	6.073
2017	22.114	7.961	30.075	4.816	1.257	6.073
2018 a 2020	125.763	45.275	171.038	13.300	3.358	16.658
2021 a 2023	9.223	3.320	12.543	11.004	2.532	13.536
2024 a 2026	9.223	3.320	12.543	11.004	2.532	13.536
2027 a 2029	129.128	46.486	175.614	11.004	2.532	13.536
2030 a 2032	-	-	-	6.316	844	7.160
2033 a 2035	-	-	-	3.971	-	3.971
2036 a 2038	-	-	_	3.971	-	3.971
2039 a 2041	-	-	-	3.971	-	3.971
2042 a 2044	-	-	-	1.324	-	1.324
Totais	311.864	112.271	424.135	76.701	14.626	91.327

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 18. PARTES RELACIONADAS

O Estado do Paraná possui em 30 de setembro de 2015 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015 de R\$48.870.

Adicionalmente, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$96.040 e R\$84.896 até o terceiro trimestre de 2015 e 2014, respectivamente.

A Dominó Holdings S/A possui créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015 de R\$9.567.

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL (acionista direta da Companhia, uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) possui em 30 de setembro de 2015 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015, no montante de R\$6.590.

Adicionalmente, a COPEL forneceu energia elétrica à Companhia no montante de R\$259.399 até o terceiro trimestre de 2015 (R\$140.158 para o mesmo período de 2014).

Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, até o terceiro trimestre de 2015, montou de R\$54.632 (R\$48.919 para o mesmo período de 2014).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 18. PARTES RELACIONADAS -- continuação

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovada pela 51ª/2015 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2015, no montante global de R\$11.695. Para o exercício de 2014 a aprovação se deu pela 50ª/2014 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 25 de abril de 2014, no montante de R\$10.861, sendo pago a título de remuneração o montante de R\$6.858 e R\$2.106 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$8.964. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$1.925 referem-se a encargos sociais, R\$45 referem-se a participação nos resultados, R\$44 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE) e R\$92 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN).

Até o terceiro trimestre de 2015, foi pago o montante de R\$6.728 (R\$6.696 para o mesmo período de 2014), sendo R\$5.507 (R\$5.178 para o mesmo período de 2014) a título de remuneração e R\$1.221 (R\$1.518 para o mesmo período de 2014) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$1.158 (R\$1.415 para o mesmo período de 2014) referem-se a encargos sociais, R\$26 (R\$33 para o mesmo período de 2014), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE) e R\$37 (R\$68 para o mesmo período de 2014) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN).

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social é composto de 476.620.206 ações, sendo 231.967.956 ações ordinárias e 244.652.250 ações preferenciais sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de setembro de 2015 é de R\$8,42 (R\$7,98 em 31 de dezembro de 2014).

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

### a) Capital Social -- continuação

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2015 é de R\$2.597.360, e sua composição acionária, é a seguinte:

					Número	de Ações
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	75,0	71.006.327	29,0	244.908.449	51,4
Dominó Holdings S/A	57.237.359	24,7	730.015	0,3	57.967.374	12,2
Cia. Paranaense de Energia - Copel	-	-	36.343.267	14,9	36.343.267	7,6
Andrade Gutierrez Concessões	-	-	10.004.423	4,1	10.004.423	2,1
Fundo Garantidor das Parcerias Público-						
Privadas do Paraná	-	-	35.000.000	14,3	35.000.000	7,3
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	1,0	2.339.005	0,5
Investidores Estrangeiros	-	-	36.497.889	14,9	36.497.889	7,7
Demais Investidores	828.475	0,3	52.731.324	21,5	53.559.799	11,2
Totais	231.967.956	100,0	244.652.250	100,0	476.620.206	100,0

#### b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$4.368 (R\$4.862 no mesmo período de 2014), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Saldos no início do período	98.750	105.068
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.617)	(7.366)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.249	2.504
Saldos no final do período	94.382	100.206

### c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

#### d) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 28/04/2015, a Assembleia de Acionistas aprovou a proposta de pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2014, no montante bruto de R\$199.986, sendo que até 30/09/2015, foi quitado o montante de R\$191.294.

Em junho de 2015, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou, de acordo com a 8ª/2015 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de junho de 2015, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio a razão de 50%, face ao que estabelece o acordo de acionistas, observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2015. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o primeiro semestre de 2015, foi de R\$97.172, sendo retido o valor de R\$4.629 a título de Imposto de Renda na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$33.0 milhões.

Os juros sobre o capital próprio creditados em 30/06/2015, imputados aos dividendos, por ação, correspondem a R\$ 0,193923153851 para as ações ordinárias e R\$ 0,213315469243 para as ações preferenciais, bruto do imposto de renda na fonte. Esses juros serão pagos após aprovação da Assembléia Geral Ordinária que deverá ocorrer até o mês de abril de 2016.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

### e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/09/2015	30/09/2014
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	138.426	153.708
Ações preferenciais	160.594	151.291
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	231.968	251.541
Média ponderada de número de ações preferenciais	244.652	225.079
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,59674	0,61106
Por ação preferencial	0,65642	0,67217

#### f) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

#### g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

### h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

#### h) Ajustes de Avaliação Patrimonial -- continuação

Durante o período foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.192 (R\$2.252 mesmo período de 2014), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Saldos no início do período Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	<b>14.073</b> (1.807)	<b>16.899</b> (3.412)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	(1.807)	1.160
Saldos no final do período	12.881	14.647

#### 20. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Receitas		
Receitas de Água	1.414.242	1.302.539
Receitas de Esgoto	751.299	677.260
Receitas de Serviços	70.503	66.759
Receitas de Resíduos Sólidos	6.084	5.712
Serviços Prestados a Prefeituras	4.601	4.086
Outras Receitas	41.799	30.792
Totais das Receitas Operacionais	2.288.528	2.087.148
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(126.824)	(121.399)
PASEP	(27.501)	(26.357)
Totais das Deduções	(154.325)	(147.756)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	2.134.203	1.939.392

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$53.612 durante o 3º trimestre de 2015 (R\$12.976 para o mesmo período de 2014) ou seja, com margem nula.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 21. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

			30/09/2015			30/09/2014
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	168.337	53.573	221.910	151.738	48.058	199.796
Materiais	53.104	18.426	71.530	50.704	18.261	68.965
Energia Elétrica	246.037	24.853	270.890	129.866	12.722	142.588
Serviços de Terceiros	131.834	88.794	220.628	125.827	86.008	211.835
Depreciações e Amortizações	65.544	56.823	122.367	64.520	52.130	116.650
Outros Custos	60.274	17.079	77.353	54.995	15.704	70.699
Totais	725.130	259.548	984.678	577.650	232.883	810.533

### 22. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

30/09/2015	30/09/2014
68.168	62.472
2.365	2.621
43.207	40.109
4.041	3.986
(9.640)	10.451
32.041	28.697
140.182	148.336
399.136	341.718
21.144	23.857
83.087	88.662
12.283	9.848
47.752	48.023
(81.256)	(74.088)
(65.847)	(68.726)
416.299	369.294
5.450	7.376
(3.794)	(2.357)
1.656	5.019
	68.168 2.365 43.207 4.041 (9.640) 32.041 140.182  399.136 21.144 83.087 12.283 47.752 (81.256) (65.847) 416.299  5.450 (3.794)

<sup>(</sup>a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

<sup>(</sup>b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

## 23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em agosto de 2015, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2014, no montante de R\$14.959.

### 24. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	30/09/2015	30/09/2014
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	15.235	9.053
Aplicações Financeiras	16.633	10.421
Outras Receitas Financeiras	1.378	2.966
Totais das Receitas Financeiras	33.246	22.440
Despesas Financeiras	-	
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(113.354)	(81.125)
Variações Monetárias Passivas	(28.819)	(12.549)
Outras Despesas Financeiras	(8.980)	(5.182)
Totais das Despesas Financeiras	(151.153)	(98.856)
Resultado Financeiro, líquido	(117.907)	(76.416)

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

	Valor C	Contábil	Valor Justo		
Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e Equivalentes de caixa	220.402	69.061	220.402	69.061	
Contas a Receber de Clientes, líquido	480.029	401.545	480.029	401.545	
Depósitos Vinculados	41.753	44.430	41.753	44.430	
Ativos Financeiros Contratuais	233.889	194.078	233.889	194.078	
Total	976.073	709.114	976.073	709.114	
Passivos Financeiros					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.361.324	1.872.493	2.361.324	1.872.493	
Empreiteiros e Fornecedores	114.981	141.079	114.981	141.079	
Título a Pagar	4.904	9.629	4.904	9.629	
Contratos de Concessão	97.083	95.078	97.083	95.078	
Total	2.578.292	2.118.279	2.578.292	2.118.279	

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$3.662 (R\$4.238 em 31/12/2014); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$13.168 (R\$12.163 em 31/12/2014), R\$4.174 (R\$2.896 em 31/12/2014) e R\$12.351 (R\$11.408 em 31/12/2014).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

#### A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	Janeiro à Setembro de 2015	Janeiro à Setembro de 2014
Saldos no Início do Período	(1.661)	(1.481)
Ajuste a Valor Presente	(1.229)	(59)
Saldos no Final do Período	(2.890)	(1.540)

Ativos Financeiros Contratuais: representam a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, com base nos prazos das concessões.

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 28 (vinte e oito) dias.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 10, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 30/09/2015, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

*Títulos a Pagar*: representam títulos a pagar à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, representada por 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas mensalmente pela "Tabela Price" na taxa de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC (vide nota 13).

Contratos de Concessão: representa o saldo a pagar relativo ao contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001 (vide nota 11).

*Risco de negócio:* o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detêm as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 11,1 milhões de pessoas com água tratada e 7,4 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Indexador	30/09/2015	31/12/2014
TR	796.924	770.187
TJLP	585.374	488.540
IPCA	287.438	256.559
DI	635.409	304.798
Sem Correção Monetária	56.179	52.409
	2.361.324	1.872.493

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$16.606 e R\$33.213 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Análise					
Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	CDI	3.378	(3.378)	6.755	(6.755)
Itaú Corp Plus Referenciado	CDI _	4	(4)	8	(8)
Ativos		3.382	(3.382)	6.763	(6.763)
Notas Promissórias	DI	(2.676)	2.676	(5.353)	5.353
Caixa Econômica Federal	TR	(2.055)	2.055	(4.110)	4.110
BNDES	TJLP	(1.502)	1.502	(3.005)	3.005
BNDES-PAC2	TJLP	(176)	176	(353)	353
Debêntures – 2ª Emissão – 1ª e 3ª Séries	TJLP	(995)	995	(1.990)	1.990
Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(2.296)	2.296	(4.591)	4.591
Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série	DI	(5.209)	5.209	(10.417)	10.417
Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(1.780)	1.780	(3.559)	3.559
Debêntures – 4ª Emissão – 1ª Série	TJLP	(206)	206	(412)	412
Debêntures – 4ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(115)	115	(231)	231
Debêntures – 5ª Emissão – 1ª Série	DI	(1.099)	1.099	(2.198)	2.198
Debêntures – 5 <sup>a</sup> Emissão – 2 <sup>a</sup> Série	DI	(1.879)	1.879	(3.757)	3.757
Passivos	_	(19.988)	19.988	(39.976)	39.976
Efeitos no Lucro antes da Tributação	_	(16.606)	16.606	(33.213)	33.213

A TR considerada foi de 1,25% e a TJLP de 4,47%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, e o IPCA à taxa de 7,64%, obtida junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 10, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Para o período findo em 30 de setembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 10), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

	30/09/2015	31/12/2014
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.361.324	1.872.493
Caixa e Equivalentes de Caixa	(220.402)	(69.061)
Dívida Líquida	2.140.922	1.803.432
Patrimônio Líquido	4.013.352	3.801.085
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,53	0,47

### 26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxilio-doença e acidente). Até o 3º trimestre a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$18.587 (R\$16.890 no mesmo período de 2014) como contribuição a FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal à administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,2% pela patrocinadora e 36,8% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 3° trimestre, o montante de R\$35.771 (R\$32.565 mesmo período de 2014).

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# **26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA** -- continuação

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar foram determinadas por atuário interno, o qual emitiu parecer datado de 30 de janeiro de 2015, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração. Adicionalmente, foi contratada a empresa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária para revisão atuarial intermediária, a qual emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/09/2015	31/12/2014
Circulante Não Circulante	17.465 244.507	31.726 444.173	49.191 688.680	56.324 788.529
Totais	261.972	475.899	737.871	844.853

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2015:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2015
Custo do Serviço Corrente	-	5.449	5.449
Custo dos Juros	72.137	71.198	143.335
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(53.848)	1.134	(52.714)
Contribuições dos Participantes	(2.209)	(14.189)	(16.398)
Totais	16.080	63.592	79.672

O montante de R\$79.672 foi estimado na revisão atuarial intermediária como variação esperada dos planos para o exercício de 2015, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 3º trimestre de 2015 o montante de R\$60.309 (R\$68.866 até o 3º trimestre de 2014). No final do exercício de 2015 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# **26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA** -- continuação

A seguir apresentamos análise de sensibilidade de hipóteses:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Valor da Obrigação no Período	707.736	478.359
Taxa de Juros		
Com Acréscimo de 1%	646.106	431.212
Variação %	(8,7%)	(9,9%)
Com Redução de 1%	780.751	535.193
Variação %	10,3%	11,9%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	712.275	540.798
Variação %	0,6%	13,1%
Com Redução de 1%	703.608	427.278
Variação %	(0,6%)	(10,7%)
Efeito da Tábua de Sobrevivência		
AT – 2000 Basic Desagravada em 1 ano	709.015	487.178
Variação %	0,2%	1,8%
AT – 2000 Basic Agravada em 1 ano	706.494	469.303
Variação %	(0,2%)	(1,9%)
Atual (AT – 2000 Basic)		478.359
Variação %	-	-

#### Riscos associados ao Plano de Aposentadoria - FusanPrev:

- Risco de sobrevivência;
- Crescimento Salarial;
- Retorno de Investimentos (taxa de juros);
- Risco no regime de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição, o qual foi minimizado com a instituição de contribuição de riscos para o grupo de assistidos e reversão de parte das contribuições facultativas do participante.

Em relação às tábuas biométricas e crescimento de salários, consideramos que a Entidade definiu adequadamente as hipóteses, adequando-as à massa dos participantes, por meio do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais e demais procedimentos de aprovação e ciência dos Conselhos e Patrocinadoras.

Quanto à hipótese da taxa de juros, a Entidade solicitou a manutenção da taxa de juros de 5,75% a ser aplicada no exercício de 2015, elaborando um projeto atuarial e econômico-financeiro de acordo com a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013, obtendo parecer favorável por meio do Ofício nº 133/2015/CGMI/DIACE/PREVIC. Diante de todo o estudo elaborado, constatou-se que ao longo do tempo a taxa de juros atuarial converge com a rentabilidade obtida no mercado financeiro, apresentando períodos de altos retornos e

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# **26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA** -- continuação

também de baixos retornos. No atual cenário econômico nacional, com a perspectiva de aumento de taxa de juros, a Entidade, mediante gestão proativa no sentido de otimizar a carteira de investimentos, projeta a sustentação da atual taxa de juros de 5,75% como retorno de seu patrimônio para este exercício.

A atual forma de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição tem perspectiva de custo crescente ao longo do tempo, a menos que a massa de participantes se renove proporcionalmente, de forma que se mantenha a idade média e o mesmo patamar médio de benefícios e principalmente de salários, base de cálculo de financiamento. É prudente que a Entidade venha a capitalizar as pensões, principalmente a pensão por morte de assistidos.

#### Riscos associados ao Plano de Assistência Médica - SaneSaúde:

- Crescimento real dos custos médicos;
- Taxa de juros;
- Sobrevivência;
- Regime financeiro de repartição simples.

A incorporação de tecnologia nos serviços médicos resulta um custo crescente na saúde, cujo comportamento tem característica universal. Da mesma forma, essa premissa é verificada quanto à incorporação de tecnologia nos materiais utilizados em exames, laboratórios, clínicas e hospitais. Historicamente se observa que os procedimentos médicos tendem a variar em percentuais acima da inflação.

Além deste ponto, a assunção de novas coberturas determinadas pelo agente regulador compõem um risco contínuo para o plano.

Outro ponto a observar é o efeito advindo do envelhecimento do grupo de beneficiários, o que no futuro poderá agravar a taxa de sinistralidade.

**Plano de Custeio FusanPrev:** O Plano de Custeio do Plano de Benefícios FusanPrev estabelecido para o exercício de 2014, com vigência de abril/15 a março/16, está ajustado de forma a atender o disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 108/2001, no que concerne à paridade de contribuições normais entre participante e patrocinadora, destacando que os percentuais de custeio deverão ser reavaliados após o prazo de um ano da avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

Para cobertura do Custo Normal o Plano de Custeio corresponde a um percentual de contribuição individual para formação do saldo de conta, mínimo de 1,75% e máximo de 5,56%, além de um percentual para cobertura de benefícios de risco de 1,63% e ainda 0,43% para cobertura das despesas administrativas, aplicados sobre o salário de participação, para

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# **26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA** -- continuação

todas as categorias de participantes ativos e Patrocinadoras, exceto contribuição de risco para opção em Benefício Proporcional Diferido.

Na contribuição facultativa do participante foi instituído um percentual de reversão de 21% e 0,86%, respectivamente, para cobertura de riscos e despesas administrativas, que será descontado do valor total desta contribuição.

Os participantes assistidos e patrocinadoras contribuirão com 1,72% aplicado sobre o benefício, sendo 1,29% para cobertura de benefícios de riscos em regime de repartição e 0,43% para cobertura das despesas administrativas.

A implantação da contribuição de risco para os assistidos e a reversão de parte das contribuições adicionais dos ativos para o custeio do risco ajudou na estabilização do custo das pensões. As contribuições adicionais dos ativos não são obrigatórias e ocorrem somente por opção do participante, pois não há contrapartida patronal, sendo que estas são essenciais para o custeio do risco.

**Plano de Custeio SaneSaúde:** O plano de custeio do SaneSaúde tem participação da empresa na ordem de 70% dos custos e 30% dos empregados. Possui coparticipação dos empregados para consultas e diversos exames. Está separado por faixas etárias de acordo com a legislação e está estruturado sob regime financeiro de repartição simples.

O SaneSaúde é custeado pela Sanepar, na qualidade de patrocinadora e por seus beneficiários inscritos no plano, por meio de contribuições mensais, determinadas na Tabela de Contribuições do SaneSaúde, a qual estabelece os valores dos prêmios mensais, por faixa etária e com base em cálculos atuariais. É custeado também, por valores (receitas) decorrentes dos Fatores Moderadores, quando da efetiva utilização dos serviços pelos respectivos beneficiários.

O montante mensal de contribuições é determinado pela multiplicação do número de beneficiários inscritos no plano pelo prêmio mensal definido na Tabela Anual de Custeio, de acordo com a faixa etária de cada beneficiário.

Sobre o montante mensal apurado, a participação da Sanepar é de 70% para custeio dos Beneficiários Titulares, Beneficiários Especiais, e respectivos dependentes, conforme definidos no Regulamento do Plano. Com relação aos dependentes a proporção da participação é estabelecida em tabela específica.

A Sanepar não contribui para o custeio de Beneficiários Autopatrocinados, filhos designados, bem como, na aposentadoria dos Beneficiários Titulares com adesão ao SaneSaúde após março de 2002.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# **26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA** -- continuação

Os valores decorrentes da participação dos Beneficiários, relativos às suas contribuições e aos Fatores Moderadores de Utilização, definidos no Regulamento do Plano, são descontados em folha de pagamento da Sanepar e repassados mensalmente à Fundação Sanepar, em rubricas separadas.

A Tabela de Contribuições do SaneSaúde será avaliada e atualizada pelo atuário responsável pelo Plano com periodicidade máxima anual, sendo o resultado apurado submetido à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva da Sanepar e do seu Conselho de Administração, para adequação da necessária estabilidade financeira-atuarial do Plano.

A vigência da Tabela de Contribuições do SaneSaúde compreenderá o período de 1º de junho até 31 de maio do ano seguinte.

O valor justo dos ativos do plano previdenciário aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
Renda Fixa (a)		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	827.719	749.805
Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado	62.447	49.734
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	14.546	10.439
Total Renda Fixa	904.712	809.978
Renda Variável (b)		
Cotas de Fundos de Investimentos Abertos	32.233	45.401
Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI	41.099	49.205
Carteira de Ações	12.422	13.118
Total Renda Variável	85.754	107.724
Imóveis (c)	39.282	39.684
Operações com Participantes (d)	60.911	57.845
Estruturados (e)		
Cotas de FIP's	16.616	16.986
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	9.540	6.144
Total Estruturados	26.156	23.130
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.116.815	1.038.361

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

# **26. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA** -- continuação

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários em posse da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa, investimentos imobiliários e fundos multimercado.

#### Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;
- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas na Política de Investimentos;

Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita na seção Risco de Créditos do Plano de Investimentos.

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS -- continuação

		01/01/2015 a	a 30/09/2015	0	1/01/2014 a	30/09/2014
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	1.470.964	771.164	2.242.128	1.356.136	696.134	2.052.270
Outras Receitas Operacionais	27.787	18.613	46.400	21.074	13.804	34.878
Total da Receita Operacional Bruta	1.498.751	789.777	2.288.528	1.377.210	709.938	2.087.148
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(92.392)	(61.933)	(154.325)	(89.277)	(58.479)	(147.756)
Receita Operacional Líquida	1.406.359	727.844	2.134.203	1.287.933	651.459	1.939.392
Custo	(725.130)	(259.548)	(984.678)	(577.650)	(232.883)	(810.533)
Lucro Bruto	681.229	468.296	1.149.525	710.283	418.576	1.128.859
Despesas Comerciais	(83.947)	(56.235)	(140.182)	(89.627)	(58.709)	(148.336)
Despesas Administrativas	(249.297)	(167.002)	(416.299)	(223.133)	(146.161)	(369.294)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.536)	(120)	(1.656)	(3.032)	(1.987)	(5.019)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(910)	(910)	-	(82)	(82)
Resultado Financeiro, líquido	(60.152)	(57.755)	(117.907)	(35.811)	(40.605)	(76.416)
PPR	(8.958)	(6.001)	(14.959)	(9.825)	(6.435)	(16.260)
Provisões	881	733	1.614	(16.080)	(10.517)	(26.597)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(36.146)	(24.163)	(60.309)	(41.604)	(27.262)	(68.866)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	242.074	156.843	398.917	291.121	126.868	417.989
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.620)	(39.277)	(99.897)	(78.695)	(34.295)	(112.990)
Lucro Líquido do Período	181.454	117.566	299.020	212.426	92.573	304.999
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (a)	238.256	359.598	597.854	323.141	365.871	689.012
Participação Societária – CS Bioenergia	-	4.842	4.842	-	2.080	2.080
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	995.146	1.366.178	2.361.324	716.687	885.251	1.601.938
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.958.255	3.644.291	6.602.546	2.727.601	3.252.600	5.980.201
Depreciações e Amortizações do Período	(75.322)	(63.369)	(138.691)	(72.877)	(57.607)	(130.484)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	408.014	197.541	605.555	356.554	165.734	522.288
Total do Ativo	3.680.161	4.486.511	8.166.672	3.309.646	3.946.676	7.256.322
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.750.357	2.402.963	4.153.320	1.594.418	1.969.422	3.563.840
Quantidade de Usuários - Não Auditado/Revisado (c)	2.963.119	1.833.475	-	2.886.937	1.727.955	-
Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado/Revisado (d)	437.772	293.260	-	437.882	286.829	-

<sup>(</sup>a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

<sup>(</sup>b) Apresentadas pelo valor bruto.

<sup>(</sup>c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

<sup>(</sup>d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

#### 28. TARIFA SOCIAL

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 2.460, autorizou a Companhia a manter o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos. A Tarifa Social tem o objetivo de beneficiar as famílias que moram em imóvel com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados) e percebam mensalmente até ½ (meio) salário mínimo por pessoa ou no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, cujo consumo mensal de água não deverá ultrapassar os 10 m³ (dez metros cúbicos). O valor da tarifa reduzida para os serviços de água, na faixa de consumo de até 10 m³ (dez metros cúbicos), é de R\$8,02 (oito reais e dois centavos) por mês. Caso este beneficiário utilize serviço de coleta e tratamento de esgoto pagará mais R\$4,01 (quatro reais e um centavo), perfazendo um total de R\$12,03 (doze reais e três centavos).

Neste trimestre, com o benefício da Tarifa Social, a Companhia destinou o montante de R\$58.905, representando um percentual de 2,6% da receita operacional bruta, para atendimento à população enquadrada no respectivo Programa. No mesmo período de 2014, o impacto foi de R\$47.342, o que representou um percentual de 2,3% da receita operacional bruta.

#### 29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a Marítima Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$607.401, com vigência abrangendo o período de 07/12/2014 a 07/12/2015, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	365.971
Máquinas e Equipamentos e Veículos Estoque	186.283 55.147
Total	607.401

Adicionalmente a Companhia possui contrato para a emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial no montante de até R\$125.000, com a finalidade de garantir valores a serem depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de setembro de 2015, a Companhia ofereceu garantias através de seguro garantia em 30 processos judiciais, no montante de R\$79.810, sendo 03 apólices referentes ao contrato com a J Malucelli Seguradora S/A e 27 apólices com a seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data-Base em 30 de Setembro de 2015 (Em Milhares de Reais)

### 29. SEGUROS -- continuação

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2016.